

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresenta a síntese das atividades realizadas em 2012, acompanhado do Balanço Patrimonial e das respectivas Demonstrações Financeiras, do Parecer do Conselho Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes.

A CETESB constitui uma sociedade por ações em que a Fazenda do Estado de São Paulo detém 99,9987% do capital social. Empresa integrante da Administração Indireta do Governo de São Paulo, vinculada a Secretaria do meio Ambiente – SMA, é o seu órgão delegado nos campos do controle da poluição e da aplicação da legislação florestal, além de executor do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais – SEAQUA, e órgão do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SIGRH. Atua, ainda, na execução de políticas do meio ambiente e de desenvolvimento sustentável, notadamente no âmbito das questões relativas às mudanças climáticas e emissão de poluentes atmosféricos, da avaliação de impacto ambiental, dos resíduos, da prevenção de riscos ambientais graves, da prevenção e controle integrado da poluição, da proteção aos mananciais e da educação ambiental, assegurando a participação e informação da população do Estado de São Paulo.

A missão desta Companhia consiste em promover e acompanhar a execução das políticas públicas ambientais e de desenvolvimento sustentável, assegurando a melhoria contínua da qualidade do meio ambiente de forma a atender às expectativas da sociedade no Estado de São Paulo.

A CETESB tem como visão aprimorar os padrões de excelência de gestão ambiental e os serviços prestados aos usuários e à população em geral, assegurando a superação da atuação como centro de referência nacional e internacional, no campo ambiental e na proteção da saúde pública.

A Companhia tem como objetivos: assegurar o cumprimento da legislação ambiental para que os padrões de qualidade das águas, do ar e do solo sejam atendidos em todas as regiões do Estado de São Paulo; garantir a correta preservação dos recursos naturais, intensificar a sua identidade organizacional e excelência no campo da defesa do meio ambiente; reforçar sua imagem e comunicar os valores fundamentais, tanto no âmbito nacional quanto no internacional; fortalecer as relações de confiança que a CETESB construiu junto à população do Estado de São Paulo e contribuir para o desenvolvimento social e econômico sustentável do Estado.

Nos termos de seu Planejamento Estratégico, a CETESB estabeleceu como principais políticas o seguinte: fomentar as ações de prevenção à poluição ambiental, por meio da adoção de tecnologias de “Produção mais Limpa” e da implantação de sistemas de gestão ambiental; contribuir para o desenvolvimento e institucionalização de meios de participação da sociedade na execução de políticas e de diretrizes estabelecidas para a gestão da qualidade ambiental; promover a atualização e a capacitação de seus recursos humanos; divulgar ao público em geral dados e informações sobre a situação ambiental no Estado de São Paulo; incentivar, por meio das câmaras ambientais, a participação de entidades representativas dos diversos setores produtivos, de infraestrutura e dos órgãos do governo na proposição de políticas públicas ambientais; simplificar o sistema de licenciamento ambiental e estreitar as relações de cooperação e transferência do conhecimento ambiental com as instituições públicas que atuam na defesa do meio ambiente.

A direção da empresa, dentro do Planejamento Estratégico, estabeleceu as seguintes diretrizes: privilegiar a atuação preventiva em relação ao meio ambiente, visando à diminuição de ações corretivas; atualizar os sistemas de licenciamento ambiental e atendimento de demandas externas para agilizar a tomada de decisões e reduzir o tempo de resposta desses sistemas; manter o programa de redução de acúmulo de processos de licenciamento sem atendimento ou com atendimento ainda parcial; obter e ordenar informações relevantes para o planejamento ambiental; promover acordos de cooperação técnica e científica com renomadas entidades públicas e privadas; atualizar as tecnologias de processamento de informações e dados; dar transparência às ações da Companhia; valorizar de forma estratégica o capital humano da CETESB; melhorar a comunicação interna e externa; simplificar e uniformizar procedimentos; identificar e equacionar a solução para as questões crônicas tanto administrativas quanto ambientais; evidenciar o valor das ações positivas da Companhia; ampliar a aplicação dos conceitos e princípios do Programa Permanente da Qualidade e Produtividade no Serviço Público do Estado de São Paulo; apoiar, fortalecer e estimular a ação do

município na gestão ambiental e promover a aplicação do Programa de Melhoria do Gasto Público – Desperdício Zero e reduzir custos em geral.

A promulgação da Lei Estadual nº 13.542/09, além de alterar a denominação da CETESB, ampliou suas atribuições especialmente com a incorporação de competências relativas à aplicação da legislação florestal, à avaliação de impactos ambientais, à aplicação do zoneamento industrial metropolitano e à aplicação da legislação de proteção aos mananciais da Região Metropolitana de São Paulo.

Para atender as suas atribuições legais com esse novo perfil institucional, a CETESB conta com um quadro aprovado de 2.484 posições, sendo que deste total, 2.053 estão ocupadas na seguinte distribuição: 1.233 profissionais de nível universitário, 743 profissionais de nível médio (técnicos e administrativos) e 77 profissionais de nível operacional¹. Está organizada em 6 Diretorias da seguinte forma: Presidência - P, Vice-Presidência - VP, Diretoria de Gestão Corporativa - A, Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental - C, Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental - I e Diretoria de Engenharia e Qualidade Ambiental - E.

Em consonância com o princípio da descentralização de suas atividades a Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental conta com 51 Agências Ambientais e uma unidade Poupatempo em São Bernardo do Campo e a Diretoria de Engenharia e Qualidade Ambiental conta com 7 laboratórios.

Considerando o panorama de mudança institucional e de manutenção de sua excelência, é indispensável consignar que a análise das presentes demonstrações financeiras não pode e não deve ser efetuada à luz dos critérios de avaliação contábil tradicional, uma vez que a CETESB não exerce atividade precipuamente econômica, porquanto exerce o poder de polícia delegado do Governo do Estado de São Paulo.

A atuação da CETESB permite que a atividade econômica possa ser desenvolvida de forma ambientalmente sustentável por todos os setores produtivos da sociedade, ao exigir que a produção econômica seja realizada em conformidade com a legislação ambiental, respeitando-se os recursos naturais e a saúde pública, e que contribua para a melhoria da qualidade de vida da população. Assim, caso fosse possível contabilizar a poupança de recursos públicos e privados decorrentes das ações preventivas de controle ambiental desenvolvidas pela CETESB e das ações corretivas que minimizam os custos com a manutenção da qualidade do meio ambiente, tudo isso aliado, ainda, à manutenção da saúde pública, o resultado dessas atividades certamente apresentaria um saldo extremamente positivo ao longo de todos os anos de sua existência.

Os benefícios econômicos e sociais, reflexo da atuação da CETESB, mesmo que intangíveis, se dão também por meio de sua contribuição para a melhoria do meio ambiente, podendo levar à redução dos índices de absenteísmo no trabalho por motivos de saúde relacionados à poluição e, ainda, pela preservação do patrimônio público e privado.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DA CETESB EM 2012

Durante o ano de 2012, a CETESB, executou o estabelecido no Plano Plurianual – PPA 2012-2015 para o período. O PPA é constituído por um programa intitulado Gestão e Controle da Qualidade Ambiental e possui seis ações, das quais quatro correspondem a cada uma das atividades das Diretorias da CETESB: avaliação da qualidade ambiental; licenciamento e controle de fontes de poluição e de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos naturais; licenciamento com avaliação de impacto ambiental e gestão administrativa e financeira, além das ações do Fundo Estadual para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas - FEPRAC e do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição – FECOP, para o financiamento de projetos ambientais, que visa beneficiar a consecução de projetos financiados voltados à melhoria da qualidade ambiental no Estado de São Paulo.

O Programa possui dez indicadores que buscam traduzir a efetividade do desempenho do PPA. São eles: monitoramento do ar, monitoramento de águas interiores, monitoramento de águas subterrâneas, balneabilidade das praias, análises laboratoriais, licenças emitidas, autorizações emitidas, vistorias realizadas, avaliação de impacto ambiental e recursos financeiros.

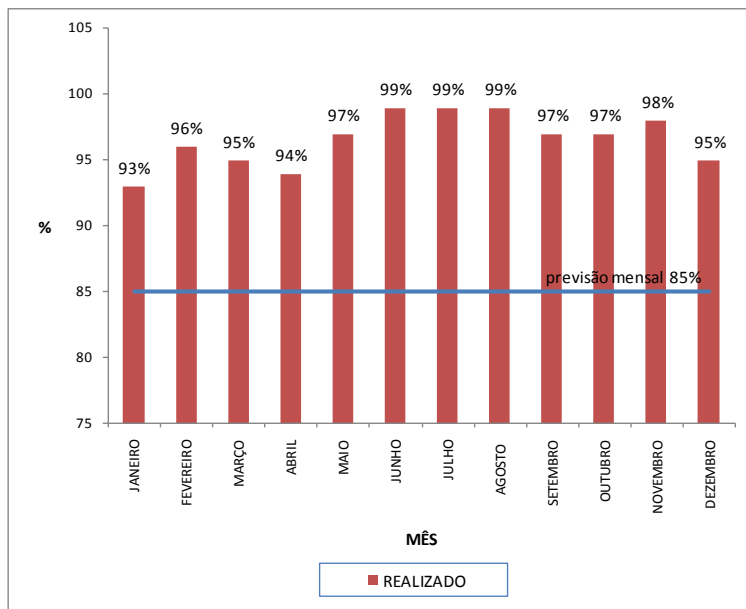
A partir do ano de 2009, passou a integrar o rol de atividades da Companhia a atribuição de licenciamento das atividades que impliquem no corte de vegetação e intervenções em áreas consideradas de preservação permanente e ambientalmente protegidas. Essa nova atribuição

¹ Fonte: Setor de Cargos e Salários e Relações Sindicais – janeiro/2013

merece destaque pelo desafio de atender o passivo de processos recebido da Secretaria de Meio Ambiente e do pleno dos novos pedidos de licenças, pareceres e processos.

1. Monitoramento do ar - o indicador fixado mede mensalmente o tempo real de funcionamento da rede de monitoramento do ar, comparando com o tempo previsto de 85% para o quadriênio 2012-2015.

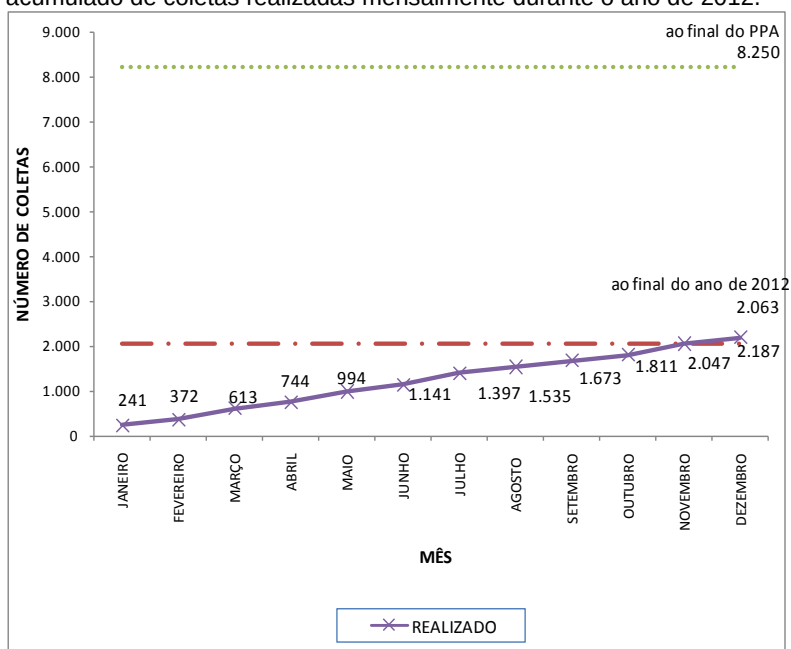
Gráfico 1: Comparativo mensal da razão, em porcentagem, do tempo previsto pelo tempo real de operação das estações de monitoramento do ar durante o ano de 2012.



Fonte: Diretoria de Engenharia e Qualidade Ambiental

2. Monitoramento de águas interiores - o indicador definido mede mensalmente o número de coletas de águas interiores nas duas redes de monitoramento: a de águas doces, salobras e salinas.

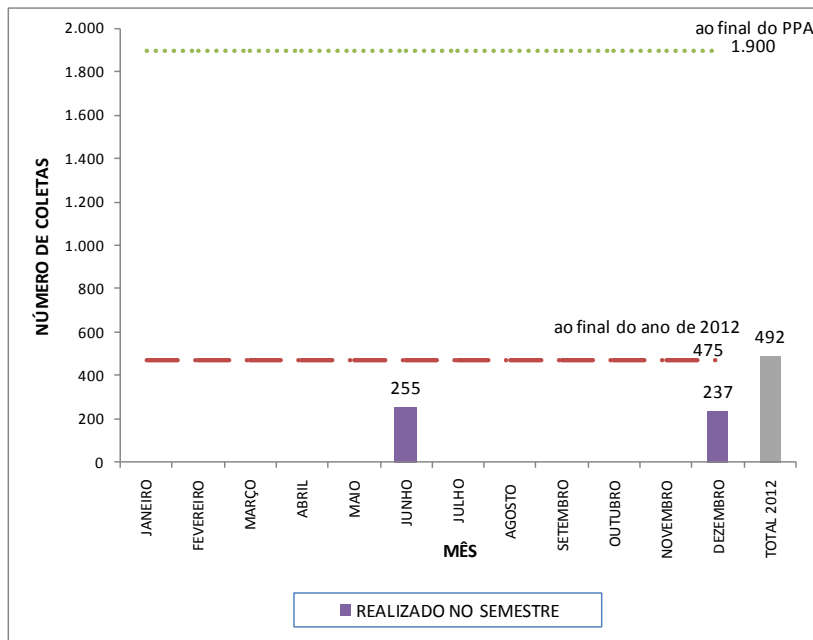
Gráfico 2: Comparativo entre o número de coletas de águas interiores previsto ao final do PPA e o número acumulado de coletas realizadas mensalmente durante o ano de 2012.



Fonte: Diretoria de Engenharia e Qualidade Ambiental

3. Monitoramento de águas subterrâneas - o indicador definido mede por semestre o número acumulado de coletas de águas subterrâneas.

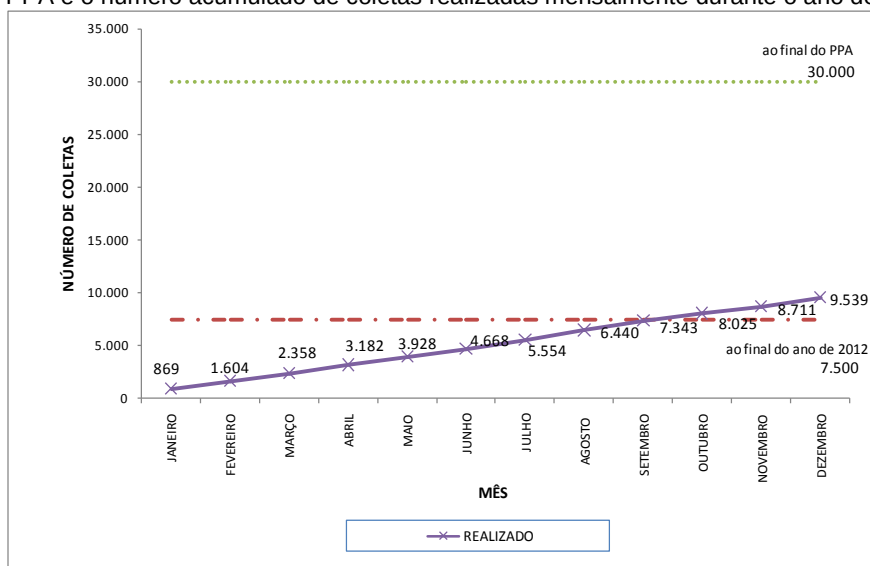
Gráfico 3: Comparativo entre o número de coletas de águas subterrâneas previsto ao final do PPA e o número acumulado de coletas realizadas semestralmente durante o ano de 2012.



Fonte: Diretoria de Engenharia e Qualidade Ambiental

4. Balneabilidade das praias - o indicador definido mede mensalmente o número de coletas nos 159 pontos de monitoramento, incluindo um ponto de amostragem, localizado no Rio Perequê, no município de Cubatão.

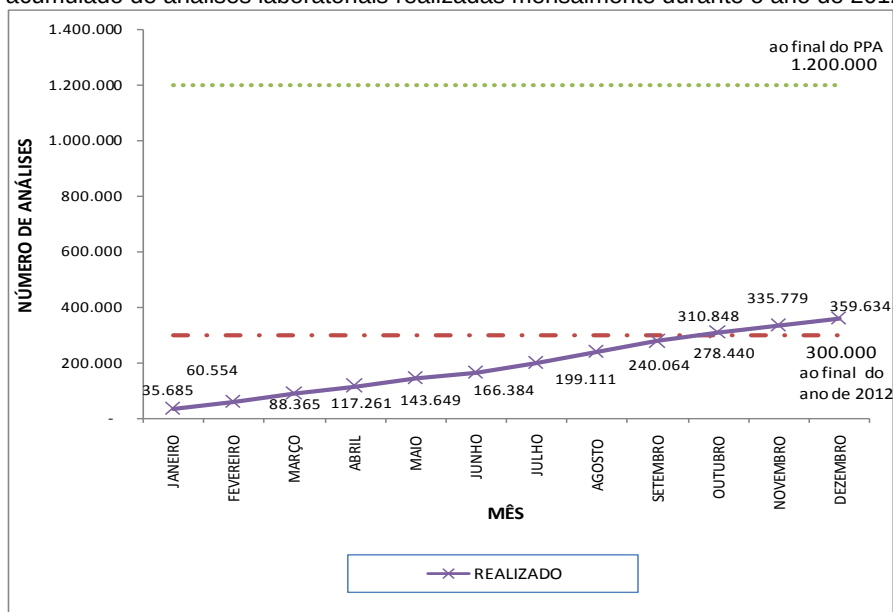
Gráfico 4: Comparativo entre o número de coletas para a balneabilidade das praias previsto ao final do PPA e o número acumulado de coletas realizadas mensalmente durante o ano de 2012.



Fonte: Diretoria de Engenharia e Qualidade Ambiental

5. Análises Laboratoriais - o indicador definido mede mensalmente o número de análises laboratoriais.

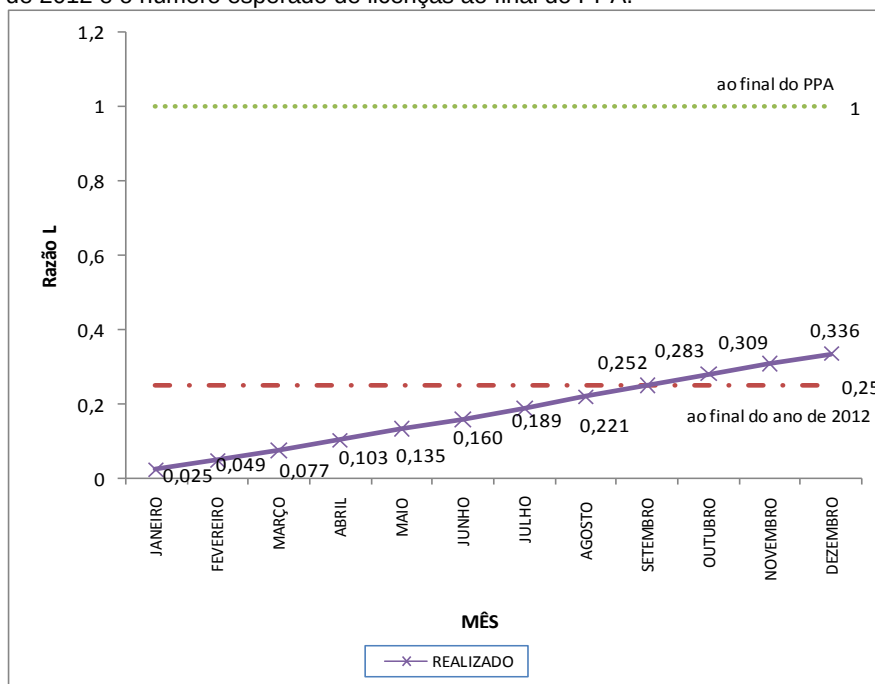
Gráfico 5: Comparativo entre o número de análises laboratoriais previsto ao final do PPA e o número acumulado de análises laboratoriais realizadas mensalmente durante o ano de 2012.



Fonte: Diretoria de Engenharia e Qualidade Ambiental

6. Relação entre o somatório do número de licenças emitidas e o número esperado de licenças ao final do PPA - o indicador fixado é a razão entre o somatório do número de licenças emitidas e o número esperado de licenças ao final do PPA.

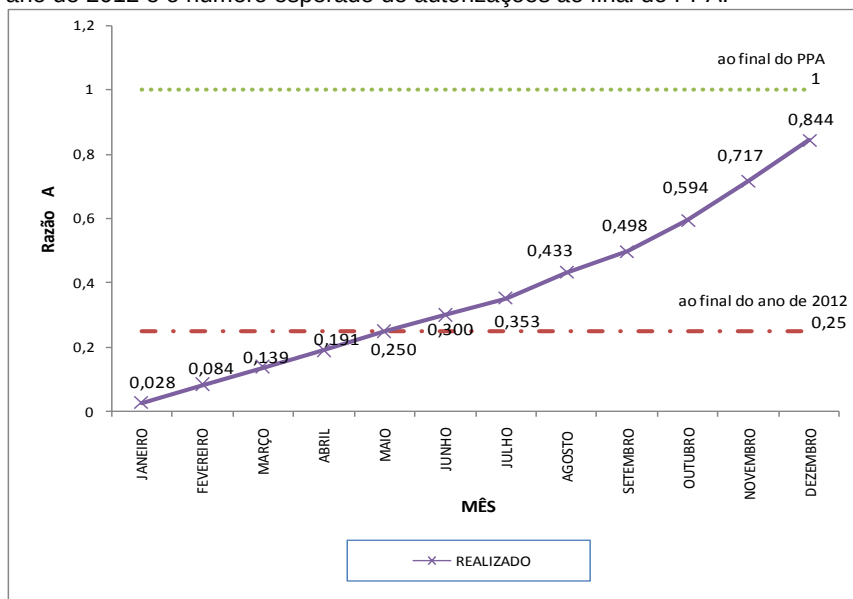
Gráfico 6: Acompanhamento da razão (L) entre o somatório do número de licenças emitidas durante o ano de 2012 e o número esperado de licenças ao final do PPA.



Fonte: Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental

7. Relação entre o somatório do número de autorizações emitidas e o número esperado de autorizações ao final do PPA - o indicador fixado é a razão entre o somatório do número de autorizações emitidas e o número esperado de autorizações ao final do PPA.

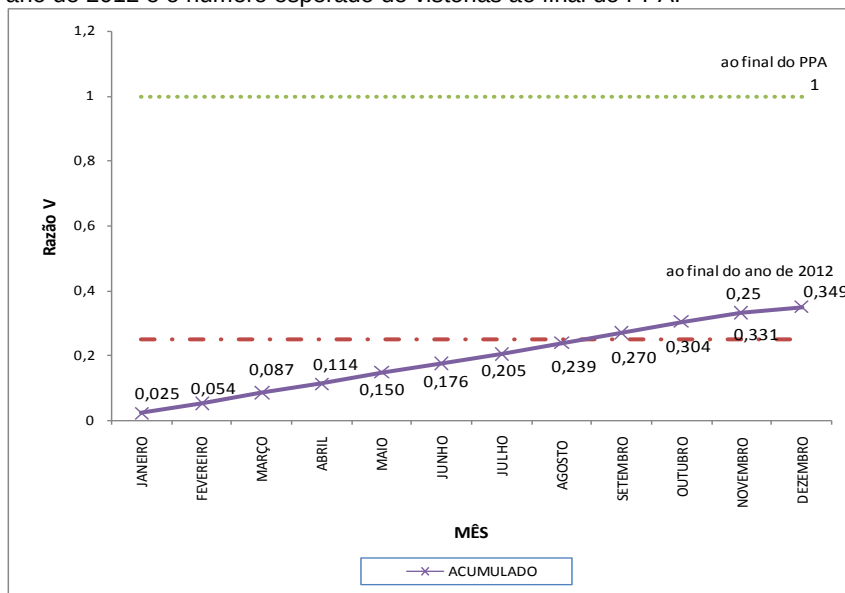
Gráfico 7: Acompanhamento da razão (A) entre o somatório do número de autorizações emitidas durante o ano de 2012 e o número esperado de autorizações ao final do PPA.



Fonte: Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental

8. Relação entre o somatório de vistorias realizadas e o número esperado de vistorias ao final do PPA - o indicador fixado é a razão entre o somatório do número de vistorias realizadas e o número esperado de vistorias ao final do PPA.

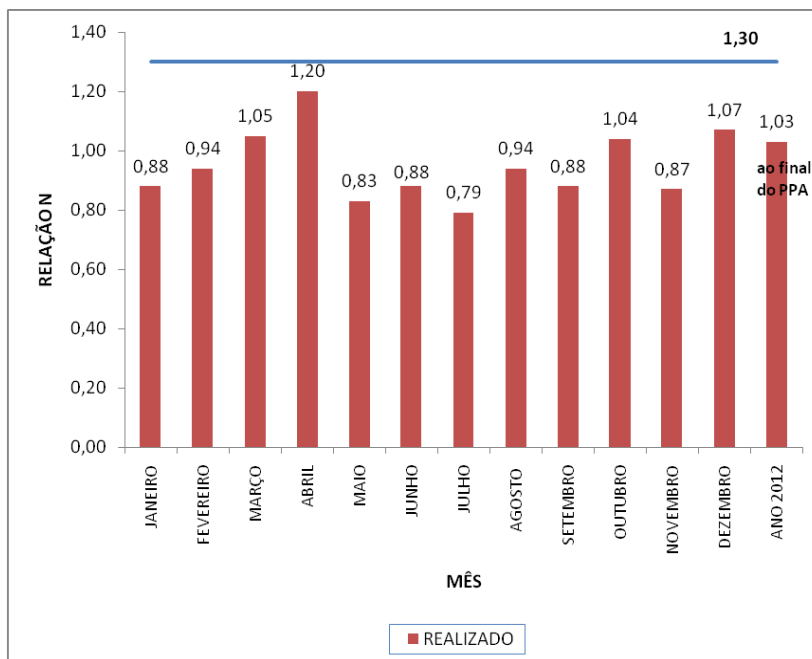
Gráfico 8: Acompanhamento da razão (V) entre o somatório do número de vistorias realizadas durante o ano de 2012 e o número esperado de vistorias ao final do PPA.



Fonte: Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental

9. Relação entre o número de entrada e saída de pedidos de licenças, pareceres e processos. A meta foi fixada em 1,30 representa o atendimento integral dos pedidos no quadriênio 2012-2015 mais a recuperação de uma fração do acervo de pedidos existentes em dezembro de 2011.

Gráfico 9: Acompanhamento da relação (N) do rendimento mensal do número de atendimentos de pedidos de licenças, pareceres e processos que impliquem em avaliação de impacto ambiental durante o ano de 2012.



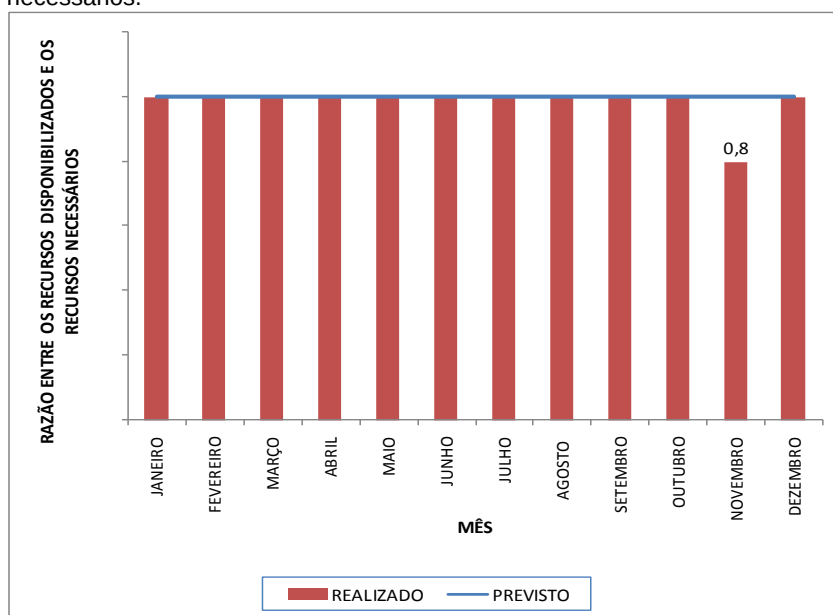
Fonte: Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental

Notas:

- Uma relação abaixo de 1 representa que não foram atendidos todos os pedidos que deram entrada no período;
- Relações acima de 1 indicam que foram atendidos todos os pedidos que deram entrada no período mais uma fração do estoque existente em dezembro de 2011. Assim uma relação de 1,30 indica que foram atendidos todos os pedidos do período mais uma fração do estoque correspondente a 30% do número de pedidos no período.
- A expectativa da meta é sempre de exceder em 30% o número de entradas em cada período. A medida do desempenho dessa maneira foi necessária devido ao não conhecimento, na elaboração do PPA 2012-2015, do total do acervo de pedidos existentes em dezembro de 2011 e também pela dificuldade de se prever a entrada desses pedidos e da variação da complexidade do empreendimento.

- Relação entre os recursos disponibilizados e os recursos necessários - o indicador fixado mede mensalmente a razão entre os recursos disponibilizados e os recursos necessários para gerir a CETESB na manutenção da infraestrutura, recursos humanos e outras despesas para o quadriênio 2012-2015.

Gráfico 10: Demonstrativo mensal dos recursos financeiros disponibilizados pelos recursos financeiros necessários.



Fonte: Diretoria de Gestão Corporativa

Quadro 1: Apuração dos resultados dos indicadores do PPA no ano de 2012

PROGRAMA	AÇÃO	INDICADORES DO PROGRAMA		
		INDICADOR	PREVISTO	REALIZADO
e Controle da Qualidade Ambiental	1 - Avaliação da Qualidade Ambiental	1 - Monitoramento do Ar	85%	97%
		2 - Monitoramento de Águas Interiores	2.063	2.187
		3 - Monitoramento de Águas Subterrâneas	475	492
		4 - Balneabilidade	7.500	9.539
		5 - Análises Laboratoriais	300.000	359.634
	2 - Licenciamento e Controle de Fontes de Poluição e de Empreendimentos e Atividades Utilizadoras de Recursos Naturais	6 - Relação entre o somatório do número de licenças emitidas e o número esperado de licenças ao final do PPA	0,250	0,336
		7 - Relação entre o somatório do número de autorizações emitidas e o número esperado de autorizações ao final do PPA	0,250	0,844
		8 - Relação entre o somatório do número de vistorias realizadas e o número esperado de vistorias ao final do PPA	0,250	0,349
	3 - Licenciamento com Avaliação de Impacto Ambiental	9 - Relação entre o número de entrada e saída de pedidos de licenças, pareceres e processos.	1,30	1,03
	4 - Gestão Administrativa e Financeira	10 - Relação entre os recursos disponibilizados e os recursos necessários.	1	0,98

Observa-se que nas ações 3 e 4, os indicadores de números 9 e 10 respectivamente, não atingiram a meta prevista para o ano de 2012. No caso do indicador 9 ressalta-se que houve o atendimento de todos os pedidos de licenças, pareceres e processos que deram entrada no ano de 2012, porém em relação ao estoque o atendimento foi de 86 pedidos. Para o indicador 10 a meta prevista não foi atingida, devido a CETESB não ter efetuado o pagamento da manutenção do Plano de Carreira previsto para o ano de 2012.

Ações do Programa:

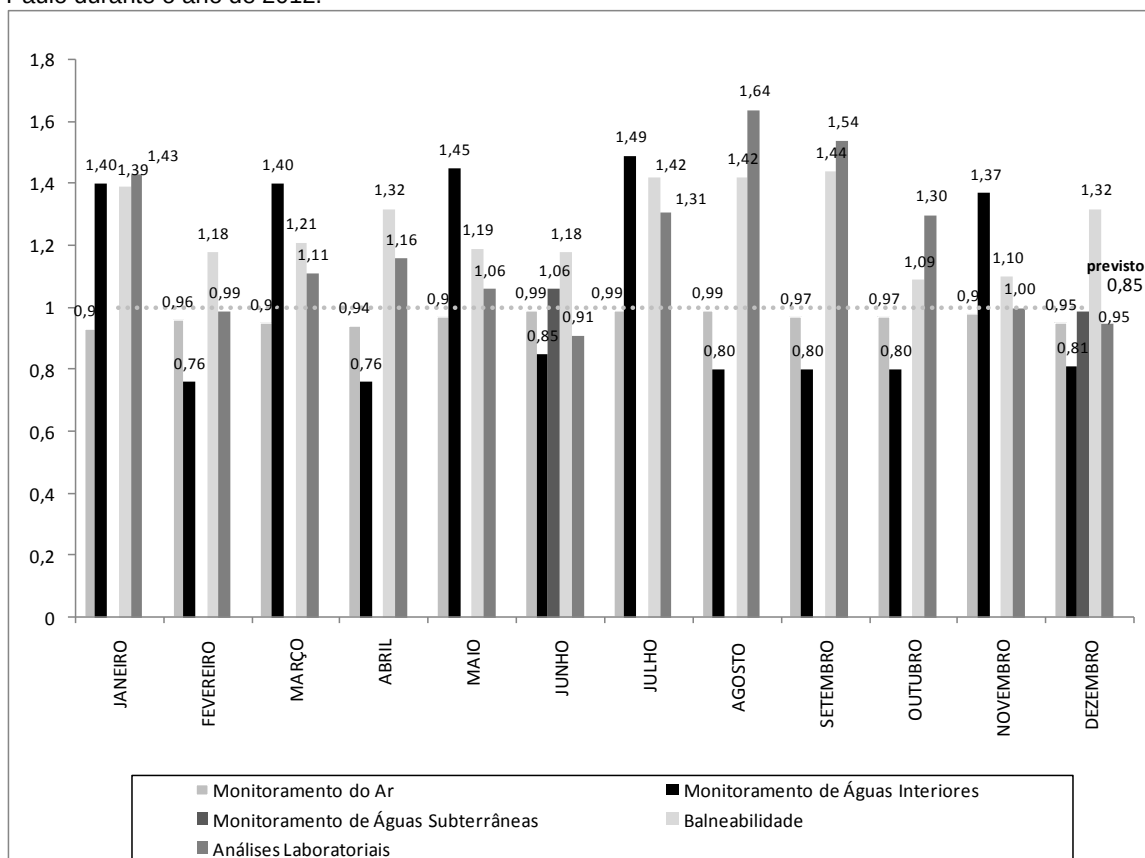
Ação 1 – Avaliação da Qualidade Ambiental

Descrição: obter dados e informações para avaliação e interpretação da qualidade ambiental; executar a Política Estadual de Resíduos Sólidos, do controle das águas subterrâneas, do controle de áreas saturadas por poluentes atmosféricos e de diagnósticos ambientais para as ações de licenciamento e controle de fontes de poluição.

Finalidade: garantir a realização de 85% ou mais das coletas previstas referentes a águas interiores, águas subterrâneas, balneabilidade de praias e análises laboratoriais, além de garantir que a rede automática de monitoramento do ar opere em 85% ou mais do tempo. Disponibilizar as informações da qualidade do ar, das águas superficiais e subterrâneas e condições de balneabilidade para apoio à Gestão Ambiental Estratégica. Mapear, amostrar, realizar análises de laboratório e tratamento de dados para a avaliação da qualidade ambiental. Analisar as ações ambientais específicas para identificar estratégias de planejamento e controle da degradação ambiental.

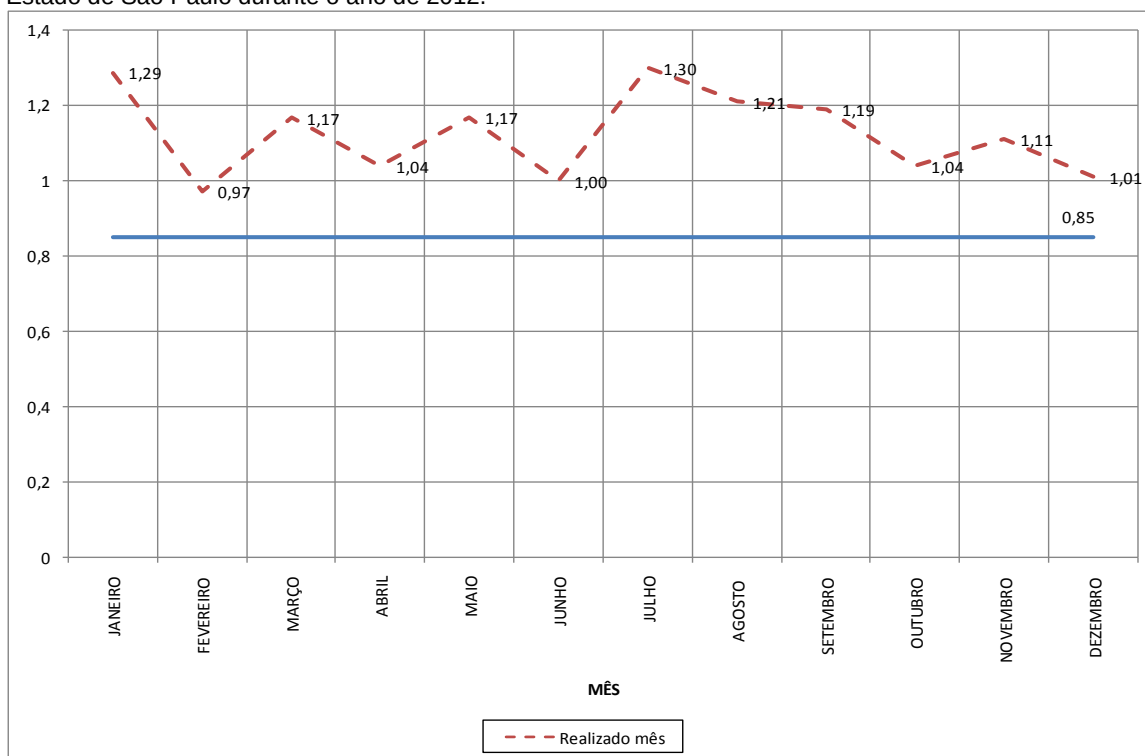
Acompanhamento da Ação: além do percentual de operação da rede de qualidade do ar, o desenvolvimento da ação é medido mensalmente pela média do número realizado em relação ao número previsto de coletas dos indicadores de águas interiores, balneabilidade das praias e águas subterrâneas, mais o número realizado em relação ao número previsto de análises laboratoriais. Como a totalização da coleta de águas subterrâneas ocorre no último mês de cada semestre, somente a cada seis meses é levado em conta o dado para a composição do indicador.

Gráfico 11: Acompanhamento da relação entre o realizado e o previsto dos indicadores da ação utilizados para a obtenção de dados e informações para avaliação e interpretação da qualidade ambiental no Estado de São Paulo durante o ano de 2012.



Fonte: Diretoria de Engenharia e Qualidade Ambiental

Gráfico 12: Acompanhamento da média da relação entre o realizado e o previsto dos indicadores da ação utilizados para a obtenção de dados e informações para avaliação e interpretação da qualidade ambiental no Estado de São Paulo durante o ano de 2012.



Fonte: Diretoria de Engenharia e Qualidade Ambiental

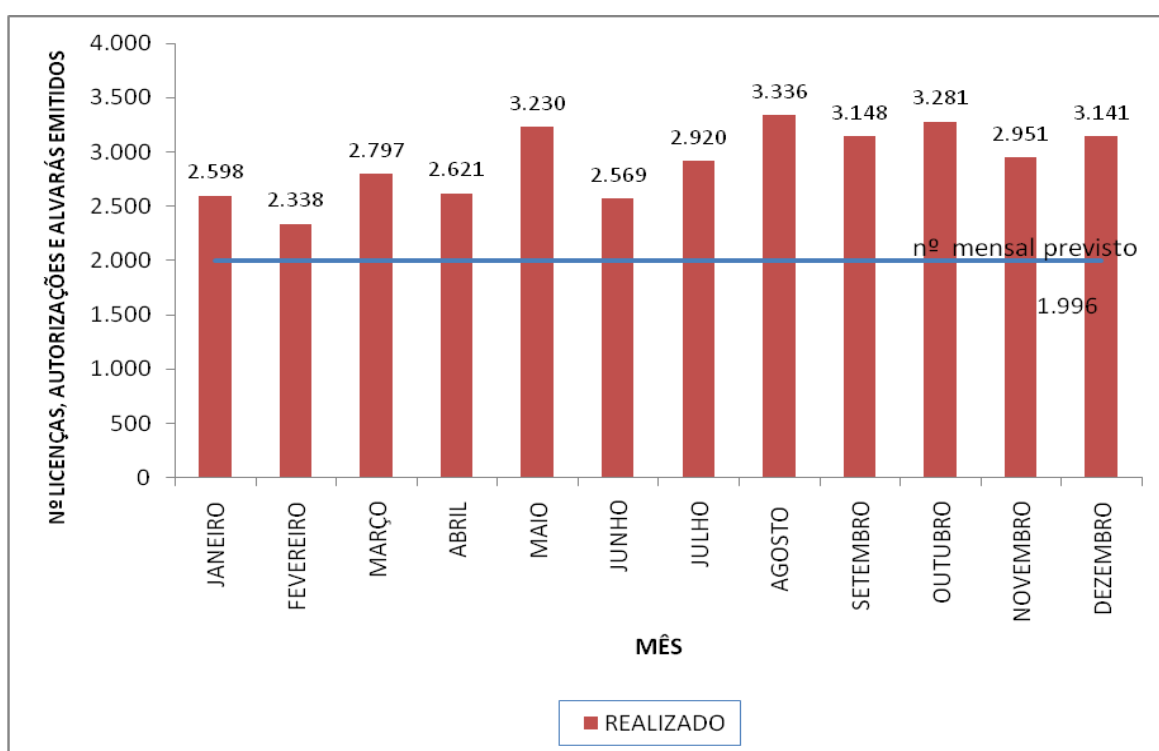
Ação 2 – Licenciamento e Controle de Fontes de Poluição e de Empreendimentos e Atividades Utilizadoras de Recursos Naturais

Descrição: executar e aprimorar o processo de licenciamento dos empreendimentos e atividades que constituem fontes potenciais de poluição, degradação ambiental ou utilizadoras de recursos naturais. Inspeccionar fontes de poluição, como em atividades degradadoras do meio ambiente ou utilizadoras de recursos naturais, para a manutenção do cumprimento das normas legais e as condicionantes do licenciamento ou autorização ambiental. Prestar atendimento às solicitações do Ministério Público, Poder Judiciário, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Prefeituras, Delegacia de Polícia e outras instituições públicas.

Finalidade: proceder ao licenciamento ambiental e emitir alvarás e autorizações de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais. Garantir a manutenção das normas legais e o cumprimento das exigências e condições estabelecidas nos licenciamentos, autorizações e alvarás concedidos. Prestar informações adequadas.

Acompanhamento da Ação: o desenvolvimento da ação é medido pelo número de licenças, autorizações e alvarás emitidos mensalmente.

Gráfico 13: Comparativo do número mensal previsto pelo número mensal realizado de licenças emitidas durante o ano de 2012.



Fonte: Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental

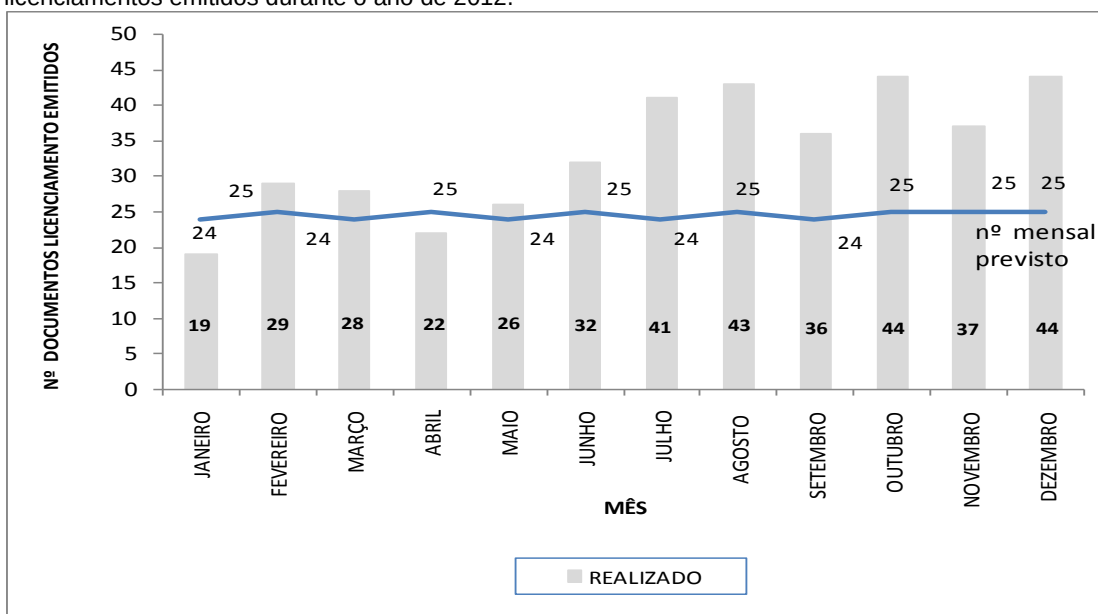
Ação 3 – Licenciamento com Avaliação de Impacto Ambiental

Descrição: rever, atualizar e elaborar normas, procedimentos e instruções para uniformização das avaliações com impacto ambiental. Definir as linhas de corte para empreendimentos buscando otimizar os licenciamentos. Avaliar os processos de empreendimentos complexos.

Finalidade: otimizar e aprimorar os procedimentos. Emitir licenças e pareceres.

Acompanhamento da Ação: o desenvolvimento da ação é medido pelo número de licenças e pareceres emitidos mensalmente.

Gráfico 14: Comparativo do número mensal previsto pelo número mensal realizado de documentos de licenciamentos emitidos durante o ano de 2012.



Fonte: Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental

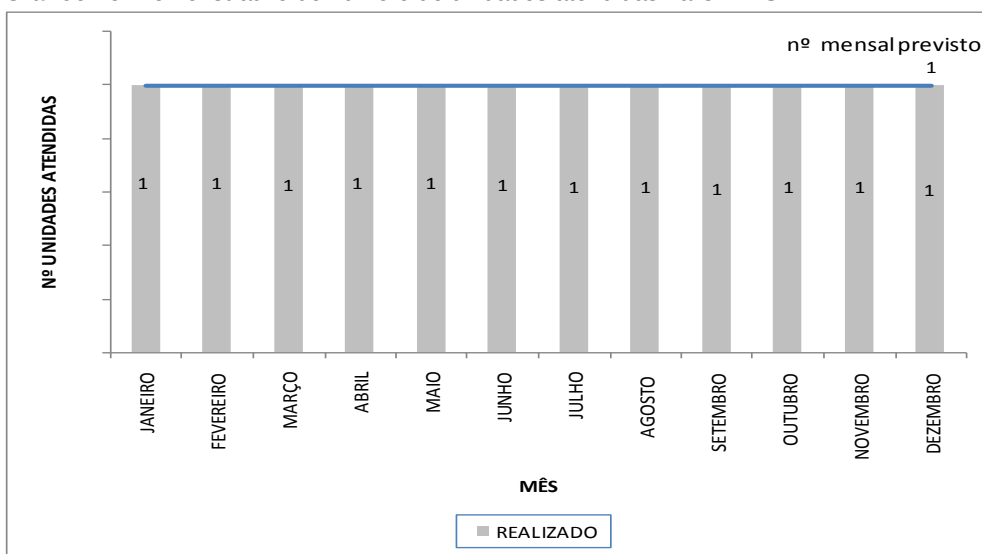
Ação 4 – Gestão Administrativa e Financeira

Descrição: executar a gestão econômico-financeira da empresa de sorte a assegurar o pleno exercício das atividades de suas unidades. Adquirir bens de investimento, executar obras de reforma de Agências, renovar ou atualizar os computadores, desenvolver, unificar e implantar sistemas de informática e renovar a frota de veículos.

Finalidade: permitir a realização contínua dos trabalhos nas unidades da Companhia. Adequar a infraestrutura de instalações e de equipamentos para atendimento da missão institucional da Companhia.

Acompanhamento da Ação: o desenvolvimento da ação é medido pelo número de unidades atendidas na CETESB na execução econômico-financeira.

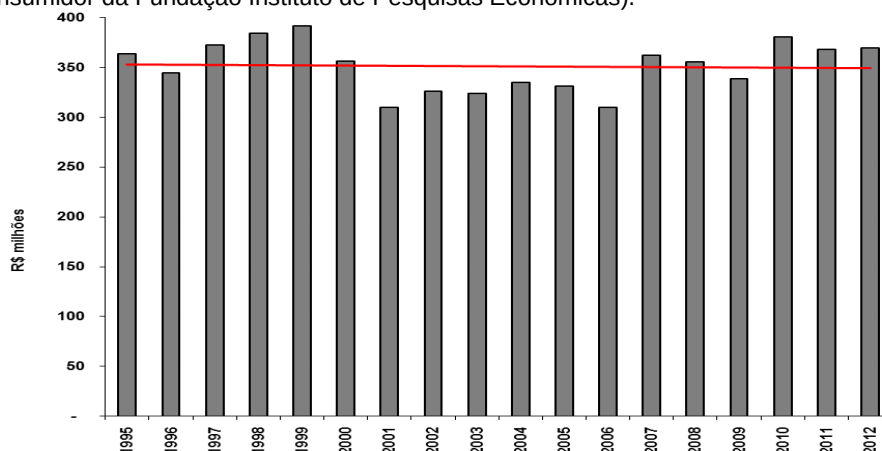
Gráfico 15: Demonstrativo do número de unidades atendidas na CETESB.



Fonte: Diretoria de Gestão Corporativa

Gestão Financeira: Conforme pode ser constatado no Gráfico 16, ao longo dos 18 anos do período de 1995 a 2012, o orçamento financeiro da CETESB, analisado em termos de valor presente, permaneceu praticamente estagnado e com linha de tendência indicando pequena redução.

Gráfico 16: Orçamento Financeiro da CETESB (valores atualizados para Dez/12 pelo IPC-Fipe – Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas).



Fonte: Diretoria de Gestão Corporativa

Esta evolução decorre da política praticada, onde os aportes de recursos efetuados pelo Tesouro foram sendo reduzidos gradativamente e os ingressos de recursos próprios, foram suficientes apenas para compensar os que foram retirados do Tesouro, impedindo, desta forma, que os montantes anuais fossem aumentados.

Consoante já ressaltado no início deste relatório, a CETESB não exerce atividade eminentemente econômica, porquanto exerce o poder de polícia delegado do Governo do Estado e em função desta especificidade, não tem capacidade de gerar os recursos próprios que seriam necessários para reverter esta evolução.

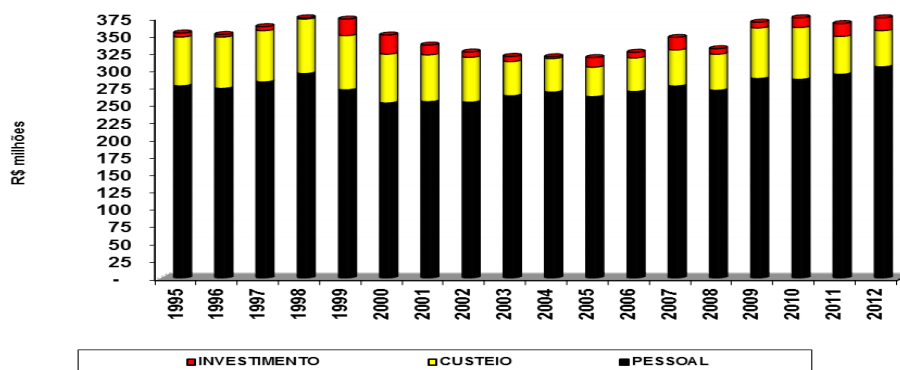
Nestas condições, onde a CETESB é e continuará sendo empresa dependente do Estado, qualquer alteração do quadro da empresa dependerá do incremento do aporte de recursos financeiros pelo Tesouro, posto que, a capacidade de arrecadação da Companhia é limitada e se encontra praticamente no limite.

Composição dos desembolsos

Quanto aos desembolsos, observa-se que as despesas de Pessoal e Reflexos, registraram um pequeno aumento no ano de 2012, principalmente, como consequência da implantação do Programa de Participação nos Resultados (PPR), associado com os reajustes salariais concedidos.

Registre-se que a constante redução das despesas de custeio que vinha ocorrendo, a partir de 2009 foi interrompida com a implantação do projeto Licenciamento Ambiental Unificado, que ampliou de 35 para 56 Agências Ambientais (no final de 2011, reduziu-se o número de agências para 51).

Gráfico 17: Desembolsos (valores atualizados para Dez/12 pelo IPC-Fipe).



Fonte: Diretoria de Gestão Corporativa

Ação 5 – FEPRAC - Fundo Estadual para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas

Descrição: atuar na identificação, avaliação e financiamento destinado ao apoio e incentivo para a execução de ações relacionadas à remediação de áreas contaminadas.

Finalidade: garantir o uso sustentável do solo.

Acompanhamento da Ação: o desenvolvimento da ação é medido pelo número de projetos financiados pelo FEPRAC na remediação de áreas contaminadas. Entretanto, esta ação não apresentou resultados no ano de 2012, uma vez que as unidades responsáveis pelo Fundo utilizaram o ano para estudos e análises da legislação, que gerou a elaboração da minuta de Decreto que regulamenta a Lei 13.577/2009, apreciado pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA e encaminhada ao Governo do Estado

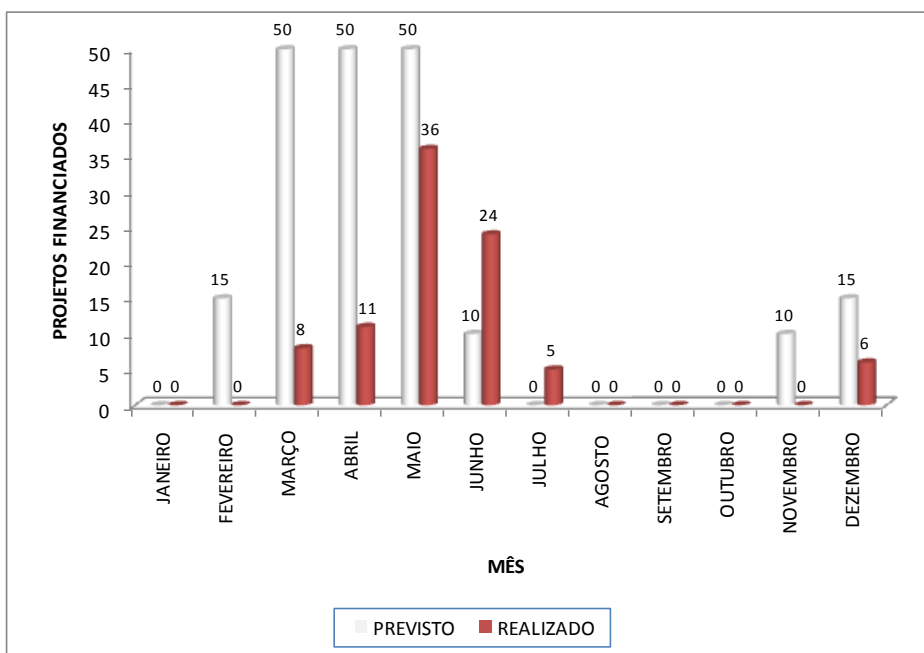
Ação 6 – FECOP - Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição

Descrição: atuar na avaliação e financiamento de projetos de indústrias, municípios, órgãos e entidades da Administração Direta ou Indireta do Estado de São Paulo relacionados ao controle, à preservação e à melhoria das condições do meio ambiente por meio do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição - FECOP.

Finalidade: apoiar e incentivar a execução de projetos relacionados ao controle, à preservação e à melhoria das condições do meio ambiente no Estado.

Acompanhamento da Ação: o desenvolvimento da ação é medido pelo número de projetos financiados pelo FECOP.

Gráfico 18: Número previsto pelo número realizado de projetos financiados pelo FECOP durante o ano de 2012.



Fonte: VI - Departamento de Cooperação Institucional e Internacional

ATIVIDADES RELEVANTES

Quadro 2: Demonstrativo de atividades relevantes realizadas no ano de 2012.

Atividade	Subatividade	Descrição
Desenvolvimento Institucional e Estratégico	Descentralização do Licenciamento Ambiental	A CETESB desenvolve o Programa de Descentralização da Gestão Ambiental por meio de convênios com os Municípios para cooperação institucional para áreas de fiscalização e licenciamento ambiental. Já assinaram o convênio, realizam o licenciamento e expedem as licenças ambientais 37 prefeituras, é o caso de Americana, Araraquara, Atibaia, Barretos, Cajamar, Campinas, Capivari, Caraguatatuba, Catanduva, Colina, Descalvado, Guararema, Hortolândia, Igaratá, Itatiba, Lorena, Louveira, Martinópolis, Mogi Mirim, Monte Mor, Olímpia, Osvaldo Cruz, Piracicaba, Porto Feliz, Presidente Bernardes, Ribeirão Pires, Ribeirão Preto, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Paulo, Sertãozinho, Sumaré, Tatuí, Valinhos, Vinhedo e Viradouro. Preparam-se para iniciar o licenciamento, os municípios de Araçatuba, Araras, Borborema, Franca, Mauá, Mogi das Cruzes, Monte Azul Paulista, Rio Claro, São Caetano do Sul, Sorocaba e Votorantim. Do total de 55 convênios celebrados, 07 municípios tiveram suas atividades suspensas por medidas judiciais.
	Câmaras Ambientais	Em 2012, a CETESB em cumprimento ao Regimento Interno das Câmaras Ambientais nomeou os representantes do Sistema de Meio Ambiente nas seguintes Câmaras: da Indústria de Couros, Peles, Assemelhados e Calçados, do Setor Sucroalcooleiro, do Setor de Resíduos, da Indústria da Construção, do Comércio de Derivados de Petróleo, do Setor de Suinocultura, do Setor de Abate, Frigorífico e Graxaria, da Indústria Têxtil, do Setor de Saneamento e do Setor de Mineração, bem como recompôs o quadro de representantes do setor produtivo realizando as eleições para presidentes das Câmaras do Setor de Resíduos, de Mineração, Sucroalcooleiro e da Indústria de Couros. Foram realizadas Consultas Públicas de temas relevantes apresentados pelas Câmaras Ambientais do Setor Metalúrgico, Mecânico e Siderúrgico – “Procedimento para Cálculo de Emissões de Compostos Orgânicos Voláteis (COVs) nas Operações de Pintura de Carrocerias Metálicas da Indústria Automotiva”, da Indústria de Minerais Não Metálicos – “Diretrizes para o Gerenciamento de Resíduos contendo Amianto” e da Indústria da Construção – “Programa de Gerenciamento de Riscos para Administradores de Rodovias para o Transporte de Produtos Perigosos - PGR”.

	Melhoria e Desenvolvimento Institucional	No âmbito do Projeto de Melhoria e Desenvolvimento Institucional, seguindo as linhas de ação previstas no Planejamento Estratégico e Operacional de 2012 e em continuidade à ampliação do processo de comunicação interna da Companhia, foi implantado um sistema de protocolos administrativos que surgiu por meio da identificação de oportunidades, questões críticas de trabalho, simplificação de procedimentos, estabelecimento de soluções integradas com as unidades, desburocratização de ações e visibilidade dos resultados. Também foi implantado o “Fale Com a Presidência” - um canal interno de comunicação para os empregados com o objetivo à valorização da opinião e vivência do corpo funcional. Esse canal interno tornou mais fácil a interação entre o empregado e a Companhia, que atingiu desde sua implantação, em julho, o total de 94 sugestões.
Auditoria	Auditoria Administrativa	Em 2012, os trabalhos de auditoria administrativa resultaram em 22 (vinte e dois) relatórios de auditoria preventiva, 4 (quatro) processos administrativos corretivos ou especiais, 252 (duzentos e cinquenta e dois) despachos de exames de contratos administrativos e de receita, 13 (treze) despachos de exames de prestações de contas dos financiamentos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO, além do atendimento às demandas do controle externo da CETESB (Tribunal de Contas do Estado - TCE e Secretaria da Fazenda) e da auditoria independente.
	Auditoria Técnica	No âmbito da auditoria técnica, foram 04 processos administrativos corretivos ou especiais, um relatório de auditoria preventiva, além da elaboração do Manual de Auditoria Técnica – Versão I. O Departamento de Auditoria participou ainda de Sindicância e Comissões/Comitês designados pela Presidência. Os trabalhos executados buscaram aprimorar os controles internos da Companhia.
Cooperação Internacional	Projetos	Implantou 04 novos projetos de cooperação envolvendo: 1) Agência NL, do Ministério de Assuntos Econômicos, Agricultura e Inovação da Holanda para Gestão de Resíduos Sólidos; 2) Agência de Cooperação Internacional do Japão – JICA e a Agência Brasileira de Cooperação – ABC do Ministério das Relações Exteriores do Brasil - MRE para Programa de Treinamento para países da América Latina, Caribe e países da África de Língua Portuguesa sobre Poluentes Orgânicos Persistentes – POPs; 3) Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA – Secretariado da Convenção de Estocolmo para Realização do “Workshop Internacional sobre Atualização dos Planos Nacionais de Implementação da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes”, e 4) Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO e Instituto de Educação da Água da Holanda para Gestão Ambiental das Águas – IHE.

Controle e Licenciamento Ambiental	Resíduos Sólidos Domiciliares	A CETESB manteve suas ações de controle em relação à disposição dos resíduos sólidos domiciliares, principalmente nos municípios com o Índice de Qualidade de Resíduos no Estado de São Paulo (IQR) menor que 7,0, com a intensificação das ações de orientação aos gestores municipais e aplicação de sanções, quando necessário, sendo realizadas 1283 inspeções e aplicadas 310 penalidades, entre advertências, multas diárias e 1 interdição de aterro. Encontra-se em elaboração o Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Domiciliares 2012, apresentando a avaliação das instalações de disposição final de resíduos sólidos de acordo com nova metodologia de avaliação do Índice de Qualidade de Aterro de Resíduos - IQR Nova Proposta, além do IQR convencional. Apoio SMA na implantação da Política Estadual de Resíduos Sólidos (PERS), estabelecida pela Lei Estadual 12.300, de 16 de março de 2006, e regulamentada pelo Decreto Estadual 54.645, de 5 de agosto de 2009 e do Programa Estadual de Implementação de Projetos de Resíduos Sólidos, instituído pelo Decreto Estadual 57.817, de 28 de fevereiro de 2012, envolvendo entre outras, as seguintes ações: - Participação na elaboração de Termo de Referência para a contratação de serviços técnicos especializados para a elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos; - Auxílio na elaboração de um programa de apoio aos municípios de pequeno e médio porte para a elaboração dos Planos Municipais de Resíduos, envolvendo a capacitação dos agentes técnicos municipais no que se refere à gestão de resíduos sólidos; - Instituição de procedimentos para o acompanhamento das propostas de implantação do programa de responsabilidade pós-consumo dos fabricantes e importadores dos produtos previstos na Resolução SMA nº38, de 02 de agosto de 2011, em conformidade com o estabelecido no Art. 19 do Decreto 54.645/2009.
	Esgoto Doméstico	A CETESB realizou o acompanhamento e vistorias aos sistemas públicos de esgotos em operação ou em implantação, sendo que para aferir a situação dos municípios paulistas quanto ao desempenho de seus sistemas de tratamento de esgotos sanitários, foi desenvolvido o Indicador de Coleta e Tratabilidade de Esgoto do Município ICTEM o qual é aplicado desde 2008. As ações de controle de poluição, incluindo o licenciamento e a fiscalização ambiental, contribuíram para ampliação do tratamento de esgoto doméstico no Estado de São Paulo. No ano de 2011 o ICTEM era de 5,15 e havia 96 municípios sem tratamento de esgotos. No ano de 2012 o número de municípios sem tratamento de esgotos caiu para 77, o que resultou na melhoria do ICTEM para 5,67. Foram realizadas 799 inspeções em sistemas de tratamento de esgotos e foram aplicadas 149 advertências e 41 multas.

	Licenciamento Unificado	Foram emitidas, em 2012, 30.423 licenças ambientais, 4.051 autorizações para supressão da vegetação nativa, corte de árvore isolada ou intervenção em área de preservação permanente, 456 alvarás para empreendimentos em área de proteção aos mananciais, 3.255 Certificados de Dispensa de Licenciamento e 3.318 Pareceres Técnicos. Foram firmados 3.159 Termos de Compromissos de Recuperação Ambiental e 270 Termos de Compromissos de Instituição de Recomposição ou de Compensação da Reserva Legal, averbadas 586 Reserva Legal, realizados 256 embargos e o indeferimento e arquivamento de 6.002 solicitações. Com a adoção do Sistema de Licenciamento Simplificado – SILIS, o tempo total médio para o licenciamento de empreendimentos de baixo potencial poluidor foi reduzido de 90 dias, em média, para até 15 dias. Em 2012, o sistema de licenciamento simplificado SILIS emitiu 4.226 licenças ambientais. Atualmente, a CETESB participa da implantação do Sistema Integrado de Licenciamento SIL, criado por meio do Decreto Estadual nº55.660/2010, onde se prevê a integração de órgãos estaduais, como a CETESB, Corpo de Bombeiros e Vigilância Sanitária com as prefeituras municipais conveniadas, de forma a proporcionar a agilização do processo de abertura de empreendimentos, principalmente daquelas de baixa significância ambiental. A CETESB é o órgão responsável às questões de licenciamento ambiental: em 2012, a CETESB participou da emissão de 40.470 Certificados de Licenciamento Integrado, sendo 39.942 considerados de baixo risco e emitidos pela Internet e 528 de alto risco com atendimento presencial. Para a atividade de aquicultura os procedimentos de licenciamento foram simplificados, baseados no Decreto 58.544/12 e também pela Resolução SMA 91/12.
	Áreas Contaminadas	Destaca-se a priorização das ações nas áreas contaminadas críticas e nos casos de reutilização, onde ocorre a mudança de uso, além da adoção de auditorias técnicas para acompanhamento das investigações e mediações em execução. Na Relação de Áreas Contaminadas e Reabilitadas no Estado de São Paulo, publicada no site da CETESB, constam atualmente 4.131 registros, sendo 11 áreas consideradas críticas, 264 áreas reabilitadas, 787 em processo de monitoramento para remediação, 1.245 em investigação e 1.835 com medidas de intervenção em implantação ou em andamento.
	Fiscalização de Fontes Fixas	Foram registradas, em 2012, 48.656 inspeções técnicas, com a lavratura de 7.801 Autos de Advertências, 2.991 Autos de Penalidade de Multas e 12 Autos de Interdição em indústrias.
	Postos de Combustíveis	Existem, no Estado de São Paulo, 7.741 postos de combustíveis ativos; desse total, 6.401 empreendimentos foram convocados pela CETESB para o licenciamento ambiental. Em 2012, 98% dos postos convocados já obtiveram a Licença de Operação, e como consequência da ação fiscalizadora, em 2012 foram aplicadas aos postos de combustíveis 1.167 advertências, 459 multas e 73 multas diárias, e 10 empreendimentos foram interditados por não atenderem as exigências ambientais.

	Passivo de Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental	O passivo de Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental recebido inviabiliza a adoção de estratégia única de cobrança e sua execução. Por proposta da Diretoria de Controle foi aprovada a DECISÃO DE DIRETORIA Nº 195/2012/C, de 04 de julho de 2012, dispondo sobre a aprovação dos procedimentos para o controle de Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA, firmados com o extinto Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais - DEPRN. Há registro de 24.258 processos envolvendo TCRA que somam 65.077.850 mudas de árvores compromissadas para o plantio. Sendo que 76% dessas mudas correspondem a 2.262 termos e é sobre este universo que a ação de cobrança de cumprimento dos termos foi concentrada. Para os empreendimentos em que os termos foram firmados por prefeituras, autarquias, empresas públicas, concessionárias, responsáveis por obras consideradas utilidade pública e/ou de interesse social, cuja característica é a existência de grande número de termos. O que se pretende é a novação dos termos não cumpridos, em um único termo, que não só abranja as mudas compromissadas, mas também gere um crédito para eventuais compensações futuras. Para esta novação deverá ser apresentado um novo projeto de revegetação, contemplando um único plantio com a criação ou recuperação de uma área única que possa apresentar um significativo ganho ambiental. Deverá ser priorizada a criação de parques lineares, parques públicos ou projetos que possam fazer a conectividade com áreas já existentes, se aumentado de forma significativa a importância ambiental dessas áreas. O que se busca com esta solução é um ganho ambiental nos projetos apresentados, que deixam de representar fragmentos isolados para se constituírem em maciços florestais de maior tamanho, que além de possuírem uma maior importância ambiental e melhor atender à comunidade, possibilitarão um manejo mais adequado pelo empreendedor que irá se preocupar apenas com um projeto, assim como para a administração pública que passará a acompanhar e fiscalizar um único projeto, ganhando em agilidade e racionalidade.
Atendimento às Demandas Públicas	Atendimento às reclamações	Foram atendidas 14.117 reclamações relativas às fontes de poluição e 9.535 reclamações relativas à emissão de fumaça preta.
	Atendimento ao Ministério Público, Poder Judiciário e Delegacia de Polícia	Foram atendidas 5.728 solicitações do Ministério Público, 1.428 do Poder Judiciário e 1.156 da Delegacia de Polícia relativa à área de atuação da CETESB.
	Atendimento às emergências químicas	Foram atendidas 413 ocorrências com produtos químicos, além de desenvolver diversas atividades para evitar ou minimizar os impactos ambientais e os riscos à saúde pública causados por acidentes ambientais.
Fiscalização de Fontes Móveis	Fiscalização de densidade colorimétrica de Fumaça Preta emitida por veículos diesel no Estado de São Paulo	Foram aplicadas 16.924 multas por emissão de fumaça preta. Também teve início em 2012 à aplicação de penalidades de multa para veículos de outros Estados decorrentes de entendimentos entre a CETESB e o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN para obtenção de dados dos veículos autuados.
GRAPROHAB	Emissão de Certificados	Foram emitidos 695 certificados para implantação de empreendimentos de parcelamentos do solo para fins residenciais, conjuntos e condomínios habitacionais, públicos ou privados.

Qualidade Ambiental	Emissões Veiculares	Desenvolvimento da Operação Inverno de 2012 com a realização de dois Mega Comandos – Operação conjunta das Polícias Ambiental e Rodoviária e das Diretorias da CETESB C e E, para a fiscalização de veículos a diesel e autuação dos veículos não conformes com o padrão de emissão. No primeiro Mega Comando (14/06/12) foram fiscalizados 40.421 veículos e 1.173 veículos multados. Em 16/08/12 foi realizado o segundo Mega Comando, sendo 41.162 veículos a diesel fiscalizados e 1.440 veículos multados. Ainda em 2012, houve a elaboração, apresentação e publicação do primeiro Relatório de Emissões Veiculares no Estado de São Paulo, relativo aos dados de 2011.
	Avaliação da Qualidade do ar	Em 2012, a rede automática de monitoramento da qualidade do ar foi ampliada, com a instalação de 5 novas estações localizadas na Região Metropolitana de São Paulo: Guarulhos, Carapicuíba, Interlagos, Capão Redondo e Marginal Tietê-Ponte dos Remédios, contando atualmente com 51 estações fixas no Estado de São Paulo. Unificação do cadastro dos potenciais poluidores da CETESB e do IBAMA com a Lei nº 14.626 promulgada em 29.11.2011.
	Águas Subterrâneas	É realizada sistematicamente, desde 1990, a avaliação da qualidade das águas subterrâneas dos poços tubulares e nascentes com a finalidade de estudar a tendência, identificar áreas com alteração da qualidade, subsidiar ações de prevenção e controle da poluição, bem como estabelecer valores de referência de qualidade. Em 2012, a rede foi constituída de 235 pontos de amostragem distribuídos pelos aquíferos Bauru, Guarani, Pré-Cambriano, Serra Geral, São Paulo, Taubaté e Tubarão. Com a implantação da rede de monitoramento de quantidade e qualidade, operada conjuntamente entre o Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE e CETESB melhorou-se a avaliação da água subterrânea. Essa rede possui 22 poços nos aquíferos Bauru e Guarani, que possibilitam avaliar conjuntamente os aspectos quantitativos e qualitativos, agilizando os procedimentos de gestão desse recurso hídrico.
	Águas Superficiais	Avalia-se a qualidade das águas superficiais do Estado de São Paulo por meio das redes de monitoramento de água doce, iniciada em 1974, e de água salina e salobra, iniciada em 2010. Este monitoramento sistemático, objetiva verificar a tendência, fornecer um diagnóstico da qualidade das águas superficiais do Estado e identificar áreas prioritárias para o controle da poluição das águas, tais como trechos de rios e estuários onde a qualidade de água possa estar mais degradada, possibilitando ações preventivas e corretivas da CETESB e de outros órgãos. Em 2012, a rede básica de água doce foi constituída por 369 pontos de amostragem e a de águas salinas e salobras, por 19 áreas com 59 pontos de amostragem.
	Praias do Litoral	Foram emitidos 100 boletins anuais informando à população sobre as condições de banho das praias do litoral paulista. Em 2012, foram monitorados 159 pontos em 140 praias dos 15 municípios que formam a costa do litoral paulista.
	Rede Automática da qualidade das águas	Acompanhar a qualidade da água em tempo real dos Rios Tietê, Pinheiros e Piracicaba, bem como dos principais mananciais da Região Metropolitana de São Paulo, permitindo ações rápidas de controle das fontes poluidoras, bem como de intervenção nos mananciais. Em 2012, foram operadas 12 estações de monitoramento automático.

	Análises Ambientais	Modernização da infraestrutura e do parque de equipamentos de vários Laboratórios da Sede e Descentralizados, com conseqüente ampliação da capacidade de diagnóstico da qualidade ambiental e fiscalização, atingindo cerca de 360.000 análises no ano de 2012, o que confere ao Estado ferramentas mais eficazes no controle da poluição ambiental e visibilidade internacional à CETESB, como referência em análises ambientais. A CETESB hoje lidera em número e diversidade de ensaios, a relação dos laboratórios governamentais acreditados no Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO pela norma NBR ISO/IEC 17025:2005, totalizando 910 ensaios acreditados até o final de 2012.
	FEHIDRO	A CETESB, como agente técnico do FEHIDRO, emitiu 442 pareceres relativos à aprovação/acompanhamento da implantação de 428 empreendimentos financiados pelo FEHIDRO.
Transferência de conhecimento e tecnologia ambiental	Capacitação Externa	Foram realizados 186 cursos onde foram capacitados 1.728 profissionais externos, incluindo 451 de outros estados brasileiros e 34 de outros países.
	Capacitação Interna	A capacitação dos funcionários da CETESB inclui diversas modalidades de treinamento além dos cursos organizados pela própria empresa: cursos externos, congressos, seminários e outros eventos técnicos externos e programas de pós-graduação <i>lato e stricto sensu</i> perfazendo 3.005 participações.
Avaliação de Impacto Ambiental	Licenças emitidas	No ano de 2012 foram emitidas 401 licenças para empreendimentos sujeitos à Avaliação de Impactos Ambientais (AIA), conforme a Resolução CONAMA 001, de 23 de janeiro de 1986.
	Atendimento ao Ministério Público	Foram efetuados 227 atendimentos às solicitações do Ministério Público.
Recursos Humanos	PPR	Pagamento do Programa de Participação dos Empregados nos Resultados – PPR – Exercício 2011: No início de julho/12, foi efetuado o pagamento do Programa de Participação dos Empregados nos Resultados – PPR – Exercício 2011, fato este que não ocorria desde o ano de 1998, em valor correspondente a 53,72% da folha nominal de salários do mês de dezembro/2011, de um total máximo possível de 70% da referida folha nominal. O valor máximo pago aos empregados elegíveis, de forma igualitária, foi de R\$ 3.569,52.
	Capacitação Gerencial	Dentro das atividades de capacitação e desenvolvimento de habilidades e competências gerenciais da CETESB foi contratada a Fundação Getúlio Vargas – FGV, no ano de 2012, para o desenvolvimento e a execução dessas atividades, que envolverá a participação de um total de 240 gestores, com carga horária de 100 horas, divididas em 08 turmas de 30 participantes cada. Duas turmas já foram capacitadas em 2012 e as demais turmas serão capacitadas no decorrer de 2013 e 2014.
	Programa de Estágio	Manutenção dos programas de estágio curricular destinados a alunos de nível superior, técnico, pós-graduação e APAE – Associação de Pais de Amigos dos Excepcionais de São Paulo; manutenção do programa de aprendizagem destinado a alunos de nível médio.

Tecnologia da Informação	Tecnologia da Informação/ Infraestrutura Tecnológica	Infraestrutura física: atualização do sistema de telefonia das Agências com a troca de PABX para 20 Agências Ambientais e Upgrade dos links: Agências de 1 mpbs para 8 mpbs. Infraestrutura lógica: virtualização de 50 servidores das Agências e 20 servidores da Sede; instalação, configuração e manutenção do novo servidor Blade, duplicando a capacidade do Datacenter; criação de 60 novos servidores para implementação de novos serviços. Segurança: projeto, aquisição, implementação e manutenção de segurança de infraestrutura de TI (Firewall de borda e retaguarda), Antivírus e Host IPS para servidores e desktop (2160 licenças). Serviços: implementação de nova plataforma de correio eletrônico Lotus Notes; implementação de plataforma de Gerenciamento de Serviços de TI; documentação da infraestrutura com portal colaborativo, padronização da plataforma de software de escritório para MS-Office; implementação de sistema de monitoramento de infraestrutura física/lógica; novo servidor de impressão para atendimento às modernas impressoras instaladas na Companhia e atualização da versão do Enterprise Sesource Planning - -ERP.
--	--	---

Melhoria e Segurança das Instalações	Melhoria das Instalações	Reforma e Ampliação de Imóvel para Instalação da Agência Ambiental de Araçatuba em Prédio Público (Departamento de estradas de Rodagem - DER): Realização de obras de ampliação e adaptação de imóvel para instalação da Agência Ambiental de Araçatuba em prédio público (DER) com área total de 260 m², custeadas com recursos financeiros provenientes de projeto FEHIDRO. A Agência ocupava, até final de 2011, imóvel alugado pela CETESB. Aquisição de Imóvel para Instalação da Agência Ambiental de Paulínia em Prédio Próprio: Aquisição de imóvel e obras de adaptação para instalação da Agência Ambiental de Paulínia em prédio próprio com área total de 500 m², custeadas com recursos financeiros provenientes de compensação ambiental. A Agência ocupava, até setembro de 2012, imóvel alugado pela Prefeitura Municipal de Paulínia. Aquisição de Imóvel para Instalação da Agência Ambiental e Laboratório em São Sebastião: Aquisição de imóvel e obras de adaptação para instalação da Agência Ambiental de São Sebastião em prédio próprio com área total de 560 m² destinado a Agência Ambiental e Laboratório de São Sebastião, custeadas com recursos financeiros provenientes de compensação ambiental. A Agência ocupava, até Agosto/12, imóvel alugado pela Prefeitura Municipal de São Sebastião. Implantação de novo laboratório de Biologia Molecular na Sede da CETESB que permitirá a realização de métodos de pesquisa de biologia molecular, ferramentas atualmente essenciais na área de micro biologia ambiental. Implantado em uma área total de 110 m², o laboratório de biologia molecular trará inúmeras contribuições para a área de microbiologia ambiental, como na identificação de novos microorganismos, estudo da diversidade de comunidades aquáticas, na pesquisa de patógenos emergentes, fatores de virulência e genes de resistência, no monitoramento de fontes de contaminação ambiental e até mesmo no cruzamento de dados epidemiológicos. A instalação foi custeada com recursos do Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP. Reforma Geral do Laboratório de Metrologia e Calibração: O Laboratório, instalado em edificação da década de 1970, necessitava reforma geral em suas instalações para modernização e possibilitar expansão das atividades de metrologia e calibração, bem como para manter o acreditamento do Laboratório pelo INMETRO. Os serviços foram custeados com recursos de compensação ambiental. Adoção de Escritório Limpo: A CETESB implantou o conceito de "Escritório Limpo" que consiste na eliminação de ambientes fechados por divisórias cegas, na utilização de vidros transparentes, na utilização de mobiliários e infraestrutura mais versáteis, na redução de armários e arquivos nos locais de trabalho, no estímulo a redução de consumo de papel, dentre outras ações, que permitiram otimizar os espaços e dar transparência aos ambientes de trabalho. O processo iniciou-se com a reforma geral do Departamento de RH, seguido pela Diretoria de Engenharia e Qualidade Ambiental, Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental, Diretoria de Gestão Corporativa, Departamento de Suprimentos e Departamento Financeiro.
--	--	--

	Segurança das Instalações	Segurança Eletrônica – Mudança no Sistema de Vigilância e Portaria da CETESB – Redução de Custeio: Desde o início deste ano de 2012, a CETESB vem substituindo os serviços de portaria e segurança patrimonial por sistemas de vigilância e portaria eletrônica e monitoramento remoto. Com isso foram desativados 44 postos presenciais de portaria e 14 de vigilância noturna, gerando a economia em 2012 de R\$ 2,3 milhões.
Programa de Melhoria do Gasto Público	Melhoria do Gasto Público	A CETESB implantou o Programa de Melhoria do Gasto Público, criando a figura do Guardião da Economia, fechando o ano de 2012 com o resultado de 6,32% de redução, em relação a 2011, nas despesas previstas no Programa - Decreto nº 57.829/2012. Esse resultado foi alcançado graças ao empenho da Direção e engajamento dos funcionários. Os índices de maior representatividade foram: telefonia 45% e aluguéis 16%.

Os resultados apresentados no presente Relatório permitem constatar que a CETESB manteve-se dentro dos objetivos da sua missão institucional, reafirmando seus compromissos de promover e acompanhar a execução das políticas públicas ambientais e de desenvolvimento sustentável, assegurando a melhoria contínua da qualidade do meio ambiente de forma a atender às expectativas da sociedade no Estado de São Paulo.